CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1524/84

INTERESSADA : FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ARAÇATUBA

ASSUNTO : Autorização de instalação e funcionamento da Faculdade de Tecnologia de Araçatuba, com o Curso de Tecnólogo em Produção de Açúcar e Álcool

RELATOR : Cons° Ferdinando de Oliveira Figueiredo

PARECER CEE N° 93/87

APROVADO EM 28/01/87

CONSELHO PLENO

1. HISTÓRICO:

A Presidência da Fundação Educacional de Araçatuba encaminhou ao Conselho Estadual de Educação, através de Ofício 060/84, de 30 de julho de 1984, pedido de autorização para a instalação e o funcionamento da Faculdade de Tecnologia de Araçatuba, com o Curso de Tecnólogo as Produção de Açúcar e Álcool, juntando no Processo a documentação exigida, pela Resolução CEE n° 20/65.

Em 20 de agosto de 1984, a Informação A.T. n° 973/84 (fls 75/90 do presente processo) situava o encaminhamento nos termos da citada Resolução CEE n° 20/65, no que tange a:

- I - teor da Lei que criou o estabelecimento no que diz, respeito aos aspectos legais e aos aspectos formais do Estatuto;
- II - indicação do curso que se pretende ministrar oom a respectiva estrutura curricular;
- III- prova de ter à sua disposição edifícios apropriados ao ensino a ser ministrado;
- IV- prova de capacidade financeira para instalar e fazer funcionar o estabelecimento de modo satisfatório;
- V- projeto de Regimento da Faculdade;
- VI- composição de Corpo Docente;
- VII- demonstração de que a região possui condições materiais e culturais adequadas ao funcionamento do curso;
- VIII- prova de que a criação do curso representa real necessidade;

IX - orçamento discriminado, que indique o modo pelo qual se atenderá a manutenção da escola, e

X - remuneração a ser paga ao pessoal decente e administrativo.

A Fundação encaminhou, ainda, declarações referente, ao compromisso de montar Biblioteca e laboratórios, no prazo de 30 (trinta) dias, e esclareceu que iria solicitar 60 (sessenta) vagas por semestre letivo.

Notou a Assitência Técnica que o pedido de funcionamento do Curso de Tecnólogo de Açúcar e Álcool atendia, formalmente aos itens constantes da citada Resolução CEE n° 20/65, à exceção da biblioteca e dos Laboratórios.

A Câmara de Ensino do Terceiro Grau, reunida em 29 de agosto de 1984, manifestou-se a respeito do assunto, conforme transcrições abaixo da Informação CTG n° 02/84 (fls. 97/98 do processo).

"A Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em reunião de 29 de agosto do corrente, deliterou que, além dos aspectos já considerados nos processos relativos à criação de novos cursos deverá ser conservadas, também, o seguinte roteiro proposto pelo Cons° Alpínolo Lopes Casali:

"O Decreto n° 87.911, de 7 de dezembro do 1982, regulamenta o art. 47 da Lei n° 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Conforme, o art. 1° e seu parágrafo único, as exigências fixadas no art. 2°, apliram-se a estabelecimentos isolados de ensino superior ou a novos cursos por estes pretendidos, portanto, já, em funcionamento.

A ia exigência e "o satisfatório atendimento às necessidades locais do ensino de 1° e 2° graus".

Quer dizer: - atendimento às necessidades do Município, sede do estabelecimento que pleitea novo curso. Municípios, distritos e sub-distritos.

Prova-se: a) - ou pela demonstração de que o n° de menores de 7 a 14 anos, conforme; o último Censo, está satisfatoriamente equivalente ao n° de vagas existentes nas escolas do Município;

b) - ou, a título de exceção, através de documento firmado pelo Delegado de Ensino de que o ensino de 1º grau, no Município, está atendido, de modo satisfatório, não havendo crianças fora da escola por falta de vagas.

Aplica-se a mesma orientação, acerca do ensino do 2º grau.

A mais, deverão ser indicados os números dos alunos matriculados nas três séries. Esses dados irão demonstrar a possibilidade do Município alimentar, não apenas os velhos cursos, mas o novo ou os novos cursos.

Enriquecimento da prova:

Em havendo cidades cuja distância do Município, permita a ida e a vinda diária de alunos às escolas deste Município, através de transportes permanentes, a escola interessada no novo curso produzirá a prova quanto aos concluintes do 2º grau.

Atenção:

O município é obrigado a aplicar um percentual de sua receita tributária em educação.

Essa deve ser uma prova a mais a ser apresentada pelo interessado no novo curso."

Em 14 de setembro de 1984, através de contato telefônico com a Fundação Educacional de Araçatuba, a instituirá foi disto cientificada, fato que motivou as declarações constantes das fls. 99/102, relativos a atendimento do alunado de 1º grau, à demanda do ensino de primeiro grau e ao alunado do 2º grau.

Encaminhado o processo ao Relator, Consº Aroldo Borgas Diniz, em 24 de outubro de 1984, houve por bem S.Excia. baixar o protocolado em diligência, em 14 de novembro de 1984, para que a Equipe Técnica fizesse constatações "in loco", a respeito das seguintes informações constantes dos autos (fls. 104/105):

1. a) Salas de aulas;
1. b) laboratórios das disciplinas que comportam em

sino prático (química, Física, etc.)

l.c) existência de equipamentos e materiais para o funcionamento desses laboratórios;

l.d) bibliografia sobre o ensino da disciplina existente na Biblioteca;

l.e) existência de curso na região Geo-Educacional de Araçatuba, com o respectivo número de vagas e alunos matriculados.

b) A escola devora completar a diligência sobre exigências da Deliberação da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em reunião de 29 de agosto de 1984.

l.b) Satisfatório atendimento às necessidades locais do ensino de 1° e 2° graus :

1) ou pela demonstração de que o número de menores de 7 a 14 anos, conforme último Censo, está satisfatoriamente equivalente ao número de vagas existentes nas escolas do Município;

2) Ou a título de exceção através de documento firmado pelo Delegado de Ensino, no Município, de que está atendido, de modo satisfatório, não havendo crianças fora da escola por falta de vagas.

3) Aplica-se a mesma orientação abarca do ensino do 2° grau;

*4) Deverão ser indicados os números dos alunos matriculados nas três séries do 2° grau.

Esses dados irão demonstrar a possibilidade do Município alimentar não apenas os velhos cursos, mas o novo.

*5) Deverão enriquecer as provas apresentadas no processo.

*6) Em havendo cidades cujas distâncias com o Município permitam ida e a vinda diária de alunos às escolas deste Município,

através do transportes permanentes, a escola interessada no novo curso produzirá a prova, quanto aos concluintes do 2º grau.

*7) Apresentação de prova de que o Município aplica um percentual de sua receita tributária em educação.

* itens não respondidos satisfatoriamente. "Atendida formalmente a diligência, fizeram-se juntadas de termos de Convênio celebrado em 28 de maio de 1985, entre a interessada e a Distilaria Vale do Tietê S/A.- DESTIVALE, assim como de correspondência mentida entre a Fundação Educacional de Araçatuba e a firma Araçatuba Álcool S.A - ARALCO, entre junho de 1984 e junho de 1985 (fls. 108 a 116).

Em 1º do agosto de 1985, o assunto foi encaminhado pela Presidência da CTG à douta Comissão de Legislação e Normas deste Conselho, sempre que se achava necessário o cumprimento do inciso I do art. 5º da Deliberação CEE nº 20/65. Em 28 de agosto do 1985, a Secretária da Comissão de Legislação e Normas comunicou o despacho proferido pelo seu Presidente, determinando a realização de diligências junto à Fundação Educacional do Araçatuba para que se obtivesse cópia da Escritura pública pela qual se constituiu a Fundação (fls. 119/121).

Em 07 de novembro de 1985, através de Ofício 052/85, a Diretoria Administrativa da Fundação Educacional de Araçatuba atendeu aos termos daquele despacho, enviando cópia da escritura pública fazendo anexar exemplar do orçamento-programa de 1985 da Prefeitura Municipal e do suplemento especial, da Folha da Região, por ocasião em que se comemoravam os 10 anos do Proálcool.

Em 21 de março de 1986, foi encaminhado à Fundação e Ofício CG/CEE nº 028/36, que tratava da diligência do Sr. Presidente da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos seguintes termos (fls. 140/141);

"Tem-se como possível a aplicação dos tempos:

a) instalação e b) funcionamento;

pois é certo que o equipamento didático do curso é caríssimo.

À vista das notícias sobre a política de Governo sobre a produção gasolina-álcool, seria de boa prudência ouvir-se novamente a Fundação, mantenedora do curso. Também será de boa prudência chamar a atenção da Fundação para as atuais exigências sobre os prédios na fase de funcionamento."

A resposta à diligência foi trazida a este Conselho através do ofício 035/86, de 07 de abril de 1986, no qual a Fundação Educacional de Araçatuba; reafirma o interesse na instalação do curso solicitado e se informa acerca da existência de cinco prédios escolares doados pela Prefeitura Municipal, tendo sido um deles destinado ao funcionamento da escola. A interessada, ademais, solicitou novamente a este Conselho, através do Ofício 093/86, de 06 de junho de 1986, rápido atendimento aos pedidos daquela Fundação, solicitação que foi amparada pela carta proveniente da Associação Comercial de Araçatuba e do Clube dos Diretores Lojistas, protocolada em 09 de junho de 1986 (fls. 153/157). Já o Ofício 094/86, também de 06 de junho de 1986, encaminhava a grade horária para 1986 dos professores indicados pela Fundação para o Curso de Tecnólogo em Produção de Açúcar e Álcool (fls. 158).

Atendendo a sugestão da Coordenadoria Geral da Assistência, e Equipe Técnica da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, houve por bem a Presidência deste Conselho, através de despacho exarado em 06 de agosto de 1986, encaminhar o assunto ao Dr. Urgel da Almeida Lima, DD. Vice-Diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, para análise (fls. 160).

Em 03 de setembro de 1986, a Fundação enviou o Ofício 115/86, encaminhando o acervo indicado para compor a biblioteca do curso e solicitando autorização para o funcionamento do mesmo ainda em 1986. Em 17 de setembro do mesmo ano, a Câmara dos Vereadores de Araçatuba encampa a solicitação de que sejam aprovados, com maior brevidade possível, os pedidos de autorização feitos pela Fundação Educacional de Araçatuba.

2. APRECIÇÃO:

Postos os fatos na sequência cronológica assinalada no item anterior, há que relevar o encaminhamento a especialista ilustre como o DD. Vice-Diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo. Assim se manifestou Sua Excelência naquilo que consta das fls. 161/164 do presente processo :

" O presente processo trata de uma solicitação feita pela Fundação Educacional Araçatuba, doravante designada sempre por FEA, para instalação e funcionamento de um Curso de Tecnologia em Produção do açúcar e Álcool.

Estudamo-lo detalhadamente:

Fls. 2 - Pedido de autorização para a instalação e funcionamento da Faculdade de Tecnologia de Araçatuba - Curso de Tecnólogo em Produção de Açúcar e Álcool.

Fls. 3 a 36 - Leis Municipais 1306/67, 1547/71 e 1631/72.

Fls. 37 - Curso de Tecnólogo em Produção de Açúcar e Álcool. Uma estrutura curricular é apresentada e nela há indicação de estágio supervisionado de 30 h, no 6º semestre. Depois, há nova indicação de estágio supervisionado de 180h, após o sub-total do 6º semestre. O total geral da carga horária é de 2205 h, porém, somando-a com mais 180 h de estágio supervisionado o total passará a 2385 h.

Fls. 40 = A FEA prova ter à sua disposição, edifícios apropriados ao ensino a ser ministrado.

Fls. 44 = A FEA demonstra prova de capacidade financeira, em 1984.

Fls. 54 = A FEA demonstra que na região as necessidades do ensino primário são atendidas satisfatoriamente.

Fls. 58 = A FEA procura justificar a necessidade da criação do curso, referindo-se à implantação de 4 destilarias no município e 9 na região e, ao final, justifica uma Faculdade de Economia.

Fls. 62 = A FEA faz uma demonstração orçamentária sobre a manutenção da escola, remuneração do diretor, do se -

cretário, do bibliotecário, de 2 escriturários, de 2 serventes, 1 vigia e do corpo docente.

Fls. 63 = O curso é solicitado para 60 alunos por termo, que imaginamos ser por semestre. Em caso positivo seriam 120 por ano.

Fls. 64 = A FEA cita uma declaração dos componentes do projetado corpo docente, de que aceita as condições de trabalho propostas nos dois anos iniciais. Não há o anexo citado, no processo que examinamos - CEE 1524/84.

Fls. 65 = O Presidente da FEA comunica que a fundação pretende instalar dois cursos: Ciências Econômicas e Tecnólogo em Produção de Açúcar e Alcool.

Fls. 70 = O Presidente da FEA declarou que todos os professores indicados para o Curso de Tecnólogo em Produção de Açúcar e Alcool se comprometem a lecionar nos dois anos de funcionamento, tendo aceito as condições de trabalho propostas pela Mantenedora. Não há no processo, documento indicando quais são as condições e nem a declaração dos docentes.

Fls. 71 = A FEA declara que se propõe a adquirir os volumes necessários para a formação da biblioteca" no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados de sua autorização pelo Conselho Estadual de Educação" (sic).

Fls. 72 = A FEA declara "que se compromete a adquirir todo o material necessário - móveis, utensílios, e laboratórios - para a instalação e funcionamento do Curso do Tecnólogo em Produção de açúcar e Alcool, da Faculdade de Tecnologia de Araçatuba, no prazo máximo de 30(trinba) dias, contados de sua autorização pelo Conselho Estadual de Educação" (sic).

Fls. 73 = Declara que o prédio da rua São Marcos esta desocupado.

Fls. 85 = Composição do corpo docente. Os nomes são citados e as disciplinas para as quais estão indicados. Não há nenhum "curriculum-vitae" disponível para que se tenha informação sobre a preparação e titulação de cada um.

Fls. 104 = O Processo CEE 1524/84 cita a determinação de uma diligência para constatação "in loco" de diver-

os assuntos, entre os quais salas de aula, laboratórios, equipamentos, bibliografia. Não há informação no Processo 1524/84 sobre os resultados da diligência.

Fls. 108 - Convênio entre a FEA e DBSTIVALE no qual há a destacar:

A DESTIVALE autoriza a FEA, a utilizar seus laboratórios, aparelhagem, equipamentos a produtos químicos. A FEA se compromete a repor, renovar e reparar equipamentos.

Fls. 109 = Não há fixação de carga horária no Convênio. A clientela é possuidora "de conclusão do ensino do 2° Grau e regularmente matriculada na Faculdade".

(Presume-se que é na Faculdade do Tecnologia, porque não há referência).

Compete à FEA. (cláusulas 3ª item 1.1.), implantar o currículo ...(item 1.2.), comunicar a FEA (?) o período de realização e da utilização do laboratório ...

Compete à DESTIVALE providenciar as instalações na própria firma, para realização de aulas práticas, providenciar material para audio-visuais, colocar à disposição do curso o indispensável material de laboratório, equipamentos, etc.

Fls. 110 = O convênio vigorará até 31/12/1989 podendo ser renovado, mas poderá ser rescindido unilateralmente por denúncia de uma das partes, em 30 dias.

Fls. 111 = A ARALCO concorda em assinar um convênio para estágio de alunos e uso de laboratórios.

Fls. 117 = Planta de um prédio para a Faculdade de Tecnologia com 6 (seis) salas de aulas e 1 espaço de 7,5m x 7,7m para laboratório e outro de 5m x 7,7 ampara a Biblioteca.

Fls. 158 = O Presidente da FEA enviou uma carta, em 06.06.1985, contendo a grade horária de 1986 dos professores indicados para o Curso de Tecnólogo em Produção de Açúcar e Álcool, informando que alguns permanecem com a grade inalterada . A grade não está apresentada no Processo CEE 1524/4. O que há é uma lista de professores.

Passemos à análise do Processo 1524/84:

A FEA solicita autorização para o funcionamento

de uma Faculdade de Tecnologia, com Cursos de Ciências Econômicas e de Tecnólogo em Produção de Açúcar e Álcool, (fls.65), para 60 alunos por semestre (fls. 63).

A proposta do currículo é baseada em um currículo de um curso de outra Faculdade, em uma outra Universidade. Não há, no processo, indicação das ementas das disciplinas, para se julgar do conteúdo de cada uma. A carga horária indica que o curso será de 3 anos e meio, incluindo um estágio supervisionado de 180 h.

A FEA demonstra possuir prédios e um especialmente destinado à Faculdade de Tecnologia - Curso de Tecnólogo em Açúcar e Álcool, para 60 alunos por semestre, com seis aulas de aula, 1 laboratório e 1 biblioteca. A FEA declara ter um convênio assinado com uma destilaria, e recursos para adquirir equipamentos e laboratórios, assim como a biblioteca, em 30 dias.

Francamente, temos dúvidas sobre a capacidade da FEA adquirir todos os equipamentos, livros e revistas necessários para um curso dessa natureza, não em 30(trinta) dias mas em alguns anos de funcionamento.

Outra dúvida é sobre a utilização dos laboratórios da destilaria DESTIVALE. Terá a destilaria todos os equipamentos necessários para o ensino e controle da produção de açúcar? O curso não é só para produção de álcool. E dentro desse mesmo assunto, álcool, possui a destilaria os equipamentos para aulas de microbiologia e de fermentação? Não há indicação de recursos de laboratório da DESTIVALE.

E a FEA, como fará, com apenas uma sala de 7,0 m x 7,7 m destinada ao laboratório, para equipar-se para aulas do físico-química, da química, de bioquímica, eletrotécnica, termodinâmica aplicada, máquinas térmicas e produção de vapor, métodos instrumentais de análise, microbiologia, controle de destilarias e de usinas, para o que se propõe o seu currículo?

É extremamente frágil tentar basear a montagem de um curso dessa natureza, contando com laboratório de uma destilaria através de um convênio, com falhas de redação como de pode notar, e que pode unilateralmente ser denunciado por uma das partes e encerrar-se em 30 dias.

Ademais, pelo convênio, caberá à DESTIVALE prover os recursos para as aulas práticas, ratificando a fragilidade das condições da FEA.

Não há uma indicação da bibliografia que será adquirida e a demonstração de recursos para cobrir as necessidades de toda a matéria a ser lecionada.

Da mesma forma, não há uma indicação do material que deverá ser adquirido, e demonstração de recursos exigidos para equipar os laboratórios necessários, para atender às disciplinas retromencionadas, desde o início da implantação do curso.

Com a expansão da produção de etanol no Brasil, ocorreu um aumento de demanda de mão-de-obra especializada para a administração e para os serviços técnicos da indústria, canavieira. Concomitantemente, surgiu uma campanha no sentido de criar cursos de açúcar e álcool já há alguns de nível médio e outros de nível superior.

Não temos conhecimento da avaliação oficial dos cursos existentes, nas as informações esparsas ouvidas aqui e ali, infelizmente, noticiem que são fracos e que não estão atendendo às necessidades, que a formação profissional dos egressos destes cursos não está sendo plenamente satisfatória. Não é de estranhar que seja a verdade, porque docentes especializados nessa área não são muitos.

Não nos parece suficiente, para a instalação do cursos do açúcar e álcool, que uma determinada área geográfica possua usinas, ou destilarias. É necessário, primeiro, saber se os cursos existentes estão cumprindo suas finalidades e, se ao longo dos anos prepararam pessoal especializado capaz de suprir o mercado. Não esqueçamos que os tecnólogos deverão concorrer com engenheiros químicos, químicos, engenheiros de alimentos e engenheiros agrônomos, profissões já tradi-

cionalmente ligadas à tecnologia de açúcar e álcool em nosso país, e formados por escolas de larga tradição na preparação de técnicos de alto nível.

Não somou, por princípio, contra a instalação de novos cursos superiores, mas, por princípio, somos contra a instalação do cursos superiores ou médios:

sem a demonstração da real necessidade de profissionais;

sem a demonstração de que os cursos existentes não podem prover os profissionais necessários;

sem a demonstração de que os cursos similares estão suprindo corretamente às faltas com profissionais competentes e, ainda mais;

sem que haja prova cabal da capacidade do proponente em instalar e desenvolver um curso de elevado nível com recursos materiais e humanos suficientes e adequados.

No caso presente, em face das dúvidas encontradas e citadas, não encontramos no Processo CEE 1524/84, respostas para estes quesitos que nos levem a ser favoráveis, no momento, à instalação da Faculdade pretendida.

E, antes de terminar, pergunto se, o curso já não está sendo ministrado, sem autorização, como é comum entre nós? "

Como se verifica, a consultoria solicitada ao Sr. Vice-Diretor da Escola Superior de agricultura Luiz de Queiroz resultou em considerações desfavoráveis à solicitação em pauta.

A leitura cuidadosa dessas considerações, sobretudo do que concerne à necessidade de demonstração da real necessidade de profissionais, do que os cursos existentes não possam prover os profissionais necessários, de que os cursos similares estejam suprindo corretamente às faltas com profissionais competentes e de que haja prova cabal da capacidade do proponente em instalar e desenvolver um curso de elevado nível com recursos materiais e humanos suficientes e adequados, demonstra que a postura adequada, na atual situação, é aquela expressa na parte final das considerações, ou seja, que as informações constantes do Processo em pauta não autorizou a manifesta-

ção favorável para a autorização de funcionamento do curso de Técnico em Produção de Açúcar e Alcool.

3. CONCLUSÃO:

Nos termos do presente parecer, nega-se autorização para o pedido de autorização de instalação e funcionamento do Curso de Técnico em Produção de Açúcar e Alcool, do interesse da Fundação Educacional de Araçatuba.

São Paulo, 10 de dezembro de 1986.

a) Cons^o Ferdinando de Oliveira Figueiredo
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

O Conselheiro Arthur Fonseca Filho, apresentou Declaração Sala "Carlos Pasquale", em 28 de janeiro de 1987

a) Cons^o CELSO DE RUI BEISIEGEL
Vice-Presidente no exercício da
Presidência

DECLARAÇÃO DE VOTO

Caso o pedido seja definitivamente negado, a Fundação Educacional de Araçatuba não poderá por ora fazer nova solicitação.

Assim, caso a mantenedora entenda ter condições de resolver as objeções levantadas neste Parecer, deve, no prazo regulamentar, impetrar recurso junto a este Conselho.

São Paulo, 28 de Janeiro de 1987.

a) Cons^o Arthur Fonseca Filho